



Pelos povos indígenas,
pela natureza, por toda
a humanidade

COP 30: projetos de créditos de carbono e ameaças aos direitos indígenas

Novembro de 2025

Declaração da Survival International

A COP 30 em Belém está sendo chamada de “COP da floresta”, mas ela precisa de uma **mudança radical de direção** para defender os direitos dos povos indígenas — incluindo os povos isolados — que sempre viveram e protegeram essas florestas.

Organizações de conservação ambiental, governos e grandes empresas estão usando a COP para promover esquemas como projetos de carbono. Trata-se de **uma distração que dá luz verde para a continuidade do consumo e da poluição**: projetos de compensação baseados na natureza permitem que os poluidores continuem com altas emissões sob o pretexto da “neutralidade” de carbono. Quando promovem esquemas de compensação, os poluidores adiam ou evitam a redução real de suas emissões. Esses projetos também são uma **grande ameaça aos povos indígenas**. Eles são uma ameaça porque tratam as terras dos povos indígenas como **um estoque de carbono a ser vendido no mercado**, muitas vezes deixando os proprietários de terras desapropriados e privados de seus meios de subsistência. E também porque esses projetos estão sendo cada vez mais usados para **financiar projetos de conservação ambiental que expulsam e abusam de povos indígenas**. Eles também são uma ameaça aos povos isolados, ao tratar suas terras como uma mercadoria, em vez de seu lar, que lhes pertence por direito, para viver, usar e proteger. Além disso, é uma violação do direito internacional de direitos humanos, que exige o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas para projetos externos em suas terras. Como os povos isolados não podem dar consentimento, quaisquer projetos em seus territórios são ilegais.

A exploração dos recursos naturais com fins lucrativos, como a exploração madeireira, mineração e outras formas de **extração de recursos que ameaçam as terras e as vidas dos povos indígenas**, impulsiona a crise climática. **Mais de 90% de todos os grupos e povos indígenas isolados estão ameaçados** por essa exploração. Um dos grandes carros-chefes da COP 30 será, mais uma vez, **mercantilizar as florestas e transformá-las em gigantescos projetos de compensação de carbono**. Mas os mercados não resolverão a crise climática, assim como também não protegerão os povos indígenas. A melhor maneira de proteger os direitos e as vidas dos povos indígenas e das florestas em que vivem não é usar suas terras para dar uma aparência sustentável ao consumo, mas

reconhecer e fazer valer seus direitos sobre os territórios que eles administram e protegem há milênios.

→ Leia o relatório global da Survival “Fronteiras de Resistência: a luta global dos povos indígenas isolados”: <https://povosindigenaisolados.org/>

1. “Carbono de Sangue” e “Áreas Protegidas”

Cada vez mais, projetos de créditos de carbono estão sendo desenvolvidos em “Áreas Protegidas” de onde povos indígenas são expulsos e desapropriados de suas terras. Eles enviam enormes quantias de recursos para instituições e projetos de conservação ambiental que vão além do alcance das salvaguardas existentes, potencialmente agravando as violações de direitos humanos. Muitos povos indígenas têm enfrentado violência pelas mãos de guardas armados — em seus próprios territórios. Os projetos de “Carbono de Sangue” em “Áreas Protegidas” colocam em risco os direitos humanos e retardam a luta contra a crise climática. Isso leva a várias ameaças:

- **Violações de direitos humanos e despejos:** A criação ou expansão de “Áreas Protegidas” muitas vezes vêm acompanhada de despejos forçados de povos indígenas de suas terras ancestrais, prisões arbitrárias, tortura, assassinatos e violência por parte de guardas florestais ou forças de segurança. Os projetos de compensação de carbono reproduzem a lógica do modelo de conservação ambiental colonial e racista: despejar ou excluir os povos indígenas de suas terras em nome da “proteção” da natureza. Casos assim são registrados particularmente na Ásia e África. Eles reforçam os padrões coloniais de expropriação e destroem vidas e meios de subsistência.
- **Lucro não chega às comunidades indígenas:** A maior parte dos lucros dos créditos de carbono vai para intermediários, como desenvolvedores de projetos, órgãos de certificação, consultorias e ONGs de conservação ambiental — e não para as comunidades cujas terras e carbono estão sendo comercializados.
- **Destruição cultural e comprometimento dos meios de subsistência:** À medida que os projetos buscam supostamente absorver mais carbono no solo das pastagens, os povos indígenas pastores são forçados a abandonar sua ancestral migração sazonal, seus sistemas tradicionais de pastagem, suas leis costumeiras e sua governança social, como já acontece no Quênia e na Tanzânia. Isso compromete sua resiliência, segurança alimentar e capacidade de adaptação às mudanças climáticas.
- **Legalidade e propriedade questionáveis dos direitos sob o carbono:** Existem desafios legais em torno de quem “detém” os direitos ao carbono, e muitos projetos não possuem o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) das comunidades indígenas afetadas.

→ Saiba mais sobre a campanha “Carbono de Sangue” da Survival:

<https://www.survivalbrasil.org/campanhas/carbonodesangue>

2. Principais preocupações sobre a COP 30 e os direitos indígenas

- **Considerações sobre os direitos indígenas nas promessas climáticas nacionais:** as novas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) devem ser avaliadas quanto à inclusão e divulgação explícita dos direitos territoriais indígenas, segurança da posse da terra, protocolos de CLPI, titulação de terras e financiamento para ações climáticas lideradas por indígenas, uma vez que a maioria ainda não reconhece esses direitos como necessários.
- A Meta Global sobre Adaptação deve respeitar os requisitos e incluir **indicadores sobre os direitos e conhecimentos** dos povos indígenas.
- **Esclarecimento sobre direitos indígenas, sistemas de reclamação e salvaguardas do Artigo 6.4 dos mercados de carbono:** A Ferramenta de Desenvolvimento Sustentável inclui o CLPI e outras proteções para os povos indígenas, mas a aplicação dessas salvaguardas e o funcionamento dos mecanismos de reclamação e recursos do Artigo 6.4 permanecem indefinidos — mesmo quando os projetos de carbono estão prestes a ser aprovados.

3. Resistência indígena aos créditos de carbono no Quênia, Tanzânia, Brasil e Peru

- Norte do Quênia

“O projeto destruiu completamente o sistema tradicional e trouxe outro, o que é como uma remoção.”

Hassan Bidhu, Quênia¹, 2025

Povos indígenas do norte do Quênia estão sendo expulsos de suas terras ancestrais à medida que a Northern Rangelands Trust (NRT), uma das maiores organizações de conservação ambiental do Quênia, estabelece “reservas comunitárias”. As áreas das “reservas” são as terras de pastagem ancestrais de povos pastores, como os Samburu, os Maasai, os Borana ou os Rendille, que administram essas terras de forma sustentável há gerações.

A NRT desenvolveu o Projeto Carbono das Pastagens do Norte do Quênia — um projeto de créditos de carbono — em 13 de suas reservas que estão em terras de povos indígenas pastores. O projeto afirma armazenar carbono adicional no solo ao supostamente mudar os padrões

¹ <https://www.wsj.com/us-news/climate-environment/netflix-and-metas-carbon-credits-snared-in-dispute-with-masai-herders-4f01a59f>

tradicionais de pastagem. Os créditos gerados são então comprados por empresas internacionais como Netflix e Meta.

O projeto destrói os sistemas tradicionais de pastagem de longa data dos povos indígenas e ameaça sua segurança alimentar. O projeto não obteve o CPLI das comunidades afetadas.

Em janeiro, um tribunal no Quênia² desferiu um duro golpe ao projeto ao decidir, em um processo movido por 165 membros das comunidades afetadas, que duas das maiores reservas criadas pela Northern Rangelands Trust (NRT) foram estabelecidas de forma inconstitucional, sem base legal. Uma delas, Biliqo Bulesa, contribui com cerca de 20% dos créditos de carbono do projeto. A decisão pode ser aplicada a metade das outras reservas envolvidas no projeto de carbono.

- Sul do Quênia e norte da Tanzânia

“Não queremos o projeto de carbono porque está repleto de corrupção e contradições... nunca devemos entregar nossas terras a estrangeiros para que eles nos digam o que fazer com elas.”

Membro da comunidade do povo Maasai, Oldonyonyokie, Quênia, 2025

No sul do Quênia, outro projeto de carbono está sendo desenvolvido em terras que pertencem a povos indígenas. O Projeto de Carbono Kajiado Rangeland (KRCP) tem como alvo 1,5 milhão de hectares de terras Maasai e é administrado pela empresa estadunidense Soils for the Future.

O projeto afirma que alterar as tradicionais práticas indígenas de pastoreio dos Maasai aumentará a quantidade de carbono absorvida pelo solo. A afirmação é semelhante ao método falho usado pela Northern Rangelands Trust (NRT) no norte do país.

Embora o projeto esteja em fase inicial, ele já tem causado problemas e gerado conflitos entre os Maasai. Em entrevistas com a Survival, eles descreveram o projeto como “uma fraude às comunidades” e “neocolonial” em sua abordagem. Eles culpam a empresa por atrair e enganar as pessoas para que assinem acordos que elas não compreendem, envolvendo apenas um pequeno grupo de membros da comunidade. Já houve protestos: na fazenda coletiva de Oldonyonyokie, a comunidade está resistindo às tentativas da Soils for the Future de impor o projeto sem obter o CPLI.

“A terra dos Maasai nunca teve um preço. Na terra dos Maasai, não existe privatização. Nossa terra é comunitária.”

Membro da comunidade Maasai falando anonimamente à Survival, Tanzânia, 2025

A Soils for the Future está desenvolvendo um projeto semelhante na Tanzânia, com o envolvimento da montadora Volkswagen (VW). Os Maasai não deram seu Consentimento Livre, Prévio e Informado (CPLI) para o projeto. Eles temem que ele restrinja seu acesso a áreas de refúgio cruciais em épocas de seca e ameace sua segurança alimentar.

² <https://www.survivalbrasil.org/ultimas-noticias/14124>

Os Maasai denunciaram a “perda de controle ou uso” das pastagens vitais para os Maasai e acusaram a VW de fazer “afirmações falsas e enganosas” sobre a participação dos Maasai na tomada de decisões sobre o projeto.

Ngisha Sinyok, membro da comunidade Maasai da aldeia Eluai, que está lutando para se retirar do projeto, disse à Survival: “Nosso gado vai ser dizimado. Acabaremos por não ter uma única vaca.” Questionado sobre o envolvimento da VW no projeto, ele respondeu: “Não é uma solução para as alterações climáticas. É apenas um negócio para as pessoas ganharem dinheiro usando o nosso ambiente. Não tem nada a ver com as alterações climáticas.”

→ Leia o relatório da Aliança Internacional de Solidariedade Maasai (MISA) e sua declaração pedindo à VW que se retire do programa.

Relatório: <https://afsafrica.org/wp-content/uploads/2025/03/misa-carbon-report-full-eng.pdf>

Declaração sobre a VW: <https://afsafrica.org/wp-content/uploads/2025/07/volkswagen-counterstatement-rev2.pdf>

- Brasil

“A gente não quer outro sofrimento. O crédito de carbono está chegando como o novo madeireiro para nós.”

Itahu Ka'apor, Brasil

O povo indígena Ka'apor, na Terra Indígena Alto Turiaçu, no estado do Maranhão, que divide seu território com indígenas isolados do povo Awá, estava sendo perseguido por empresas estrangeiras. A Wildlife Works e a Forest Trends tentaram forçar os Ka'apor a assinar um contrato para vender créditos de carbono de suas florestas. As tentativas das empresas provocaram conflitos dentro da comunidade Ka'apor. Parte da comunidade temia que o projeto pudesse impactar seu modo de vida, o que levou à violência e à divisão.

O Conselho Indígena Ka'apor Tuxa Ta Pame rejeitou o projeto de crédito de carbono e exigiu que a empresa interrompesse imediatamente suas atividades em suas terras. Eles afirmaram que cuidam e protegem sua floresta e que não tolerarão empresas que comercializam créditos de carbono em suas terras.

Em maio de 2025, um Tribunal Federal no Maranhão concedeu uma liminar que suspendeu temporariamente o projeto. Ela proibiu a Wildlife Works e seus representantes de organizar reuniões, desenvolver medidas técnicas ou operacionais ou realizar ações administrativas ou comerciais relacionadas ao projeto. O projeto está suspenso até que o tribunal esclareça a legitimidade das organizações envolvidas e a validade do processo de consulta.

Os Ka'apor deixaram claro: eles não querem essas empresas em seu território e querem que elas parem de violar seus direitos.

“Não aceitamos a presença de sua empresa em nosso território, razão pela qual exigimos sua imediata retirada”

Conselho Tuxa Ta Pame, Brasil, 2025

→ Leia a Declaração do Encontro de mulheres que resistem aos mercados de carbono e lutam em defesa de seus territórios, Terra Indígena Alto Turiaçu, setembro de 2025:

<https://www.wrm.org.uy/pt/alertas-de-acao/apoie-esta-declaracao-de-mulheres-contra-o-redd-e-os-mercados-de-carbono>

- Peru

“Rejeitamos as soluções falsas baseadas na natureza porque as vemos como uma ameaça à vida das nossas futuras gerações.”

Marisol García Apagüño³, Peru, 2025

Na Amazônia peruana, o Parque Nacional Cordillera Azul (PNCAZ) tornou-se um dos projetos de conservação ambiental mais controversos da América Latina. O parque se sobrepõe aos territórios ancestrais dos Kichwa, mas foi criado sem o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) das comunidades indígenas que vivem lá há gerações. Em vez de reconhecer seus direitos à terra, a administração do parque impôs restrições que impedem as famílias Kichwa de acessar, usar ou administrar suas terras tradicionais. Os Kichwa têm denunciado repetidamente esse modelo excludente de gestão e exigido o reconhecimento de seus direitos territoriais e autonomia.

Além disso, o parque tornou-se um ponto focal dos mercados globais de carbono por meio de um dos maiores projetos de compensação REDD+ da América Latina. Promovido como um modelo para a mitigação da crise climática, o projeto gera créditos de carbono a partir das terras ancestrais dos Kichwa e os vende internacionalmente — sem o consentimento das comunidades. Entre os principais compradores corporativos estão a TotalEnergies e a Shell, que juntas adquiriram a maioria dos créditos emitidos pelo projeto. O envolvimento dessas empresas tem gerado críticas generalizadas das organizações Kichwa, que argumentam que tais esquemas de compensação replicam a dinâmica extrativista sob um rótulo “verde”, permitindo que os principais poluidores lucrem com as florestas onde os povos indígenas são restringidos e criminalizados. Os Kichwa descrevem o comércio de carbono como uma nova forma de desapropriação que aprofunda as injustiças históricas e mina sua autodeterminação.

Em julho de 2025, representantes Kichwa emitiram a Declaração de Túpac Amaru, uma poderosa declaração pública que foi posteriormente reafirmada em setembro de 2025, quando povos, nações e nacionalidades indígenas de cinco países — Peru, Equador, Colômbia, Bolívia e Paraguai — se reuniram na comunidade Kichwa de Túpac Amaru (região de San Martín) para o Encontro dos Povos Indígenas sobre Mercados de Carbono. Juntos, eles assinaram a declaração, exigindo a titulação e a restituição de terras ancestrais, a suspensão de projetos de carbono impostos sem consentimento e ações climáticas baseadas na autonomia indígena, na autodeterminação e no respeito por suas terras.

→ Leia a Declaração de Túpac Amaru: <https://www.idl.org.pe/encuentro-de-pueblos-naciones-indigenas-de-cinco-paises-sobre-mercados-de-carbono-impactos-y-resistencias/>

Veja mais aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=1m5JjokCgtw>

³ Assista ao depoimento de Marisol: <https://vimeo.com/1113981902?share=copy>